

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 05/2016

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO

- Presidente:** - *José Manuel Lemos Pavão*
- 1.º Secretário:** - *Humberto António Cordeiro*
- 2.ª Secretária:** - *Maria Eduarda Freitas Ferreira Neiva Rosa*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 4.ª Sessão
30 de setembro de 2016** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros.**
- Outras presenças:**
- **A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente António José Pires Almor Branco e pelos Senhores Vereadores:**
 - *José Manuel Correia de Moraes*
 - *Carlos Fernando Avelens Freitas*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão por haver quórum. Queria cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Senhores Municípes e saúdo também as Senhoras alunas e alunos da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela.

Tive o gosto de receber um contacto simpático no início desta Sessão, da Senhora Diretora, saúdo-os e felicito-os por virem até esta Assembleia, que é a representação mais legítima, da vontade dos cidadãos do nosso concelho. Espero que se sintam bem e que compreendam o papel importante que tem uma Assembleia Municipal nas decisões e no percurso político do nosso concelho.

Prometo também uma visita breve às vossas instalações, para ver como funcionam.

Registo de Faltas.

José Baltazar Gomes Aguiar, Rita Bárbara Pires Messias, Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto, Fernando Manuel Gomes Alves, Isabel Maria Branco Barreira, Marisa de Fátima Seixas Aranda, Edgar Alberto Pires, José dos Santos Sousa, António Rui Alves Fernandes, Manuel Armindo Pereira Cristino, António André Batista Geraldo.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Rita Bárbara Pires Messias*
- *Isabel Maria Branco Barreira: Sessão de 28 de novembro de 2016.*
- *Edgar Alberto Pires: Sessão de 28 de novembro de 2016.*
- *José dos Santos Sousa: Sessão de 28 de novembro de 2016.*
- *Manuel Armindo Pereira Cristino: Sessão de 28 de novembro de 2016.*

----- **O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto António Cordeiro disse:**

Boa tarde a todos.

Quanto à mobilidade desta Assembleia foram aceites todas as justificações e, por sua vez, feita a substituição do seguinte Membro da Assembleia:

- *José dos Santos Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela (PSD), é substituído pela Senhora Secretária da Junta de Freguesia de Fradizela, Ana Lúcia Miranda de Almeida Pimpão (PSD).*
- *José Baltazar Gomes Aguiar: Falta injustificada.*
- *Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto: Falta injustificada.*
- *Fernando Manuel Gomes: Falta injustificada.*
- *Marisa de Fátima Seixas Aranda. Falta injustificada.*
- *António Rui Alves Fernandes: Falta injustificada.*
- *António André Batista Geraldo: Falta injustificada.*

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:
1 - Justificar as faltas mencionadas:

- 2 – Injustificar as faltas de *José Baltazar Gomes Aguiar, Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto, Fernando Manuel Gomes, Marisa de Fátima Seixas Aranda, António Rui Alves Fernandes, António André Batista Geraldo*, dado não terem comparecido e não terem apresentado qualquer justificação, conforme determina o n.º 4 do artigo n.º 43 do Regimento da Assembleia Municipal;
- 3 – Notificar os Senhores Deputados, do teor desta deliberação;
- 4 – Notificar o Representante do Ministério Público, nos termos do n.º 1 alínea i) do artigo 30.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.
- 5 - . Comunicar à Assembleia de Freguesia da Junta de Freguesia de Suções e União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde nos termos do n.º 1 alínea h) do artigo 30.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação

1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 4ª Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2016.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

O Senhor *David Garrido* quer fazer um esclarecimento sobre a Ata.

----- O Senhor Deputado Municipal *David Garrido* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Ata, no ponto 4.5, que dizia respeito ao VI Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro, por lapso, provavelmente na Ata consta que eu me abstive, quando o meu voto foi, a exemplo dos anos anteriores, foi o voto contra. Gostaria que fosse retificado o meu voto.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Fica registado e será corrigido de acordo com a solicitação.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a Ata da 4.ª Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2016.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – 1.º Período de Intervenção do Público.

----- Não houve qualquer intervenção do público.

Antes da Ordem do Dia

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

A palavra ao Senhor Deputado *José António Ferreira*, para dar a esta Assembleia conhecimento de uma informação suscinta em nome da Comissão Permanente sobre o voto de congratulação pela eleição de *António Guterres* para o cargo de Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

----- O Senhor Deputado Municipal *José António Costa Ferreira* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apresento à Assembleia Municipal um voto de congratulação pela eleição de *António Guterres* para o cargo de Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, devo dizer que este voto de congratulação, foi apresentado por mim à Comissão Permanente recolheu a sua aceitação e a aprovação unanime, pelo que o mesmo é apresentado pela Comissão Permanente.

Voto de Congratulação pela eleição de *António Guterres* para o cargo de Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas

António Guterres foi eleito, por aclamação da Assembleia Geral das Nações Unidas, para o cargo de Secretário-Geral da ONU.

Esta eleição representa o culminar de um inovador e longo processo realizado nas Nações Unidas, com sucessivas audições, debates e votações, sempre vencidas com enorme brilho e sucesso por *António Guterres*, dando ao mundo o testemunho do significado que terá a força de uma nova liderança ancorada na fidelidade à Carta das Nações Unidas e aos seus princípios e valores, nomeadamente da paz, da cooperação e do respeito pela igualdade entre Estados soberanos e independentes.

Pelas suas qualidades humanas, políticas e intelectuais, e a sua experiência, testadas ao longo de uma carreira ao serviço das pessoas e da causa pública, nomeadamente durante os dez anos em que liderou o Alto Comissariado das Nações Unidas para os

Refugiados, *António Guterres* é, sem sombra de dúvida, uma personalidade particularmente preparada para enfrentar a complexidade dos problemas do mundo atual, no mais alto posto da diplomacia mundial.

Foram os seus méritos que se revelaram capazes de mobilizar, no país, o empenhamento dos órgãos de soberania, o esforço da diplomacia, o apoio do conjunto das forças políticas e da sociedade portuguesa, tornando a sua candidatura, a todos os títulos, uma candidatura exemplar.

Este resultado volta a demonstrar a capacidade de Portugal e dos portugueses quando se unem em torno de uma causa comum, sendo a sua eleição motivo de profunda satisfação para todos os portugueses.

António Guterres, como Secretário-Geral da ONU, é uma garantia em prol de uma ordem internacional com menos conflitos, com adequado apoio às necessidades das populações perante crises humanitárias, e com um trabalho efetivo e consequente pela segurança e pela paz entre Povos e Nações, bastando recordar o seu papel crucial, como primeiro-ministro de Portugal, na batalha diplomática internacional que levou à independência da República Democrática de Timor Leste.

Assim, a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida em 28 de novembro de 2016, congratula-se vivamente com a eleição de *António Guterres*, para o cargo de Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, em que inicia funções no próximo dia 1 de janeiro de 2017, endereçando os votos dos maiores sucessos no concerto das Nações e dos Povos.

O presente Voto de Congratulação deverá ser enviado para: Sede da Organização da Nações Unidas; Presidência da República; Gabinete do Primeiro-Ministro; Ministério dos Negócios Estrangeiros; Secretaria de Estado da Comunidades.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:

Sobre o ponto de vista regimental tenho algumas dúvidas se esta introdução à margem do programa, se deverá ser votada ou não, poderíamos se houvesse consenso da Assembleia Municipal e se não houvesse pedidos de esclarecimentos, damos como concertada e apoiada por toda esta Assembleia. Se não há pedidos de esclarecimentos, vou dar a palavra ao Senhor Deputado *José Almeida*.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela José Eduardo Almeida (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Congratulo-me com a presença dos alunos do IPB, quero comunicar que vai haver um Seminário em Bragança, numa parceria entre a Proteção Civil e a ANAFRE, passo a ler o convite para todos os Presidentes de Junta que queiram estar presentes.

“A Autoridade Nacional da Proteção Civil, através do Comando Distrital de Operações de Socorros de Bragança e a ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, Delegação Distrital de Bragança, tem o prazer de convidar V.ª Ex.ª para o Seminário de Proteção Civil, para autarcas de Freguesia.

Informo que este Seminário se vai realizar no dia 03 de dezembro, pelas 09.00 hrs. no Auditório ESTIG no IPB, em Bragança.”

----- O Senhor Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Professores e alunos.

A pergunta que eu colocava ao Senhor Presidente da Câmara, era na sequência da minha intervenção sobre a gestão da água efetuada de forma autónoma, se a Câmara Municipal cobra taxas de saneamento e resíduos aos municípios do Romeu, Franco e Navalho?

----- O Senhor Deputado Municipal, David Garrido (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente às placas indicativas de zonas de pagamento existentes na cidade, nós temos dois tipos de placas e pode criar alguma confusão e como não basta ser sério, também é preciso parece-lo, há uma placa que diz: “de segunda a sexta-feira, das 09.00hrs. às 12.30 hrs. e das 14.00 hrs às 19.00 hrs.” a outra placa diz: “Dias úteis das 09.00 hrs. às 12.30 hrs. e das 14.00 hrs às 19.00 hrs.”, eu sei que está convencionado que o feriado não é um dia útil, o que é facto é que na placa que diz de segunda a sexta-feira, quando há um feriado durante a semana, pode levar a que as forças que fiscalizam tenham algum problema.

Aquilo que sugiro é que se substitui-se este “de segunda a sexta-feira”, por uma igual dos dias úteis.

----- A Senhora Deputada Municipal Fernanda Ferreira (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de agradecer publicamente as mensagens e demonstrações de carinho e de preocupação, nesta minha fase, em que cada gesto e cada palavra foram fundamentais, para me revestir de força e coragem para continuar o meu caminho. Aqueles que levamos no nosso coração estão sempre perto.

Acabamos de assistir a uma das eleições mais badaladas e mais polémicas dos últimos tempos.

Sente-se uma mudança de atitude por parte dos cidadãos.

Cidadãos, descontentes e ao mesmo tempo atentos ao que se transformou a política e os políticos e à forma como isso se reflete no seu dia-a-dia.

Donald Trump ganha as eleições nos Estados Unidos da América e as manifestações de repúdio surgem.

Esquecendo que se tratou de eleições democráticas e isso supõe pensar-se que o povo é quem ordena e esse mesmo povo ordenou!

A não-aceitação dos factos leva a atitudes que em nada vão alterar os resultados.

Nem com a recontagem dos votos, nem mesmo quando se fala em manipulação dos meios de comunicação, ou do modo como o uso ou abuso das redes sociais facilita, altera o que já é neste momento, um episódio consumado.

E esse facto deveria servir para fazermos uma reflexão um pouco mais atenta.



Estamos a menos de um ano das próximas eleições. Vamos escolher os órgãos para as autarquias locais. Candidatos a presidentes, já se posicionaram na luta para merecer o referido cargo.

De que modo o estão a fazer?

Aquilo que conseguimos ver, transmitido nas suas ações é um mar de emoções, muitas delas presas ao passado e repetindo vezes sem conta os mesmos erros. Sempre se fez assim, foi assim que resultou da última vez!

E assim, o que resultou é ver cada vez mais políticos tornando-se vítimas da necessidade de ser amados, em vez da necessidade de serem respeitados.

E assim as populações, os cidadãos no seu dia-a-dia sentem que se estão a afogar num mar de dívidas, de compromissos e de responsabilidades que à partida não sentem como deles.

A recriminação, a frustração, a ira, são demonstradas na hora do voto.

Os cidadãos começam a aprender, e bem, a diferença entre o que é real e o que não é.

Os candidatos por sua vez, com o receio e a dúvida, tornam-se cegos para ver o que é óbvio.

E o óbvio será sempre o caminho da verdade. Qual é a estratégia política que cada candidato tem para a sua cidade, vila ou aldeia?

As pessoas estão cansadas de brigas e insultos que não levam a lado nenhum, isso não define quem será o próximo presidente.

As pessoas precisam saber com que iniciativas poderão contar, de que modos vão conseguir sobreviver e quais as condições que irão ser pensadas, por cada um dos candidatos.

As pessoas querem a paz, o pão, a habitação, a saúde e a educação. É isso que interessa.

As pessoas querem ter liberdade de mudar e decidir em segurança e com confiança no programa apresentado pelo candidato e não pelo medo.

Essa é, na minha humilde condição de cidadão a reflexão que se deveria fazer e essa é sem dúvida a reflexão que muitas pessoas farão na hora e decidir quem querem para presidente do seu município, da sua cidade, da sua vila ou da sua aldeia.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não há assunto tão velho, que não possa ser dito algo de novo sobre ele, as palavras óbvias e infelizmente não são minhas, foram escritas por *Dostoiévski*, servem bem, no entanto no período atual.

Sábado, dia 26 de novembro, fez exatamente um ano que a “geringonça” assumiu funções e já foi muito dito e escrito sobre a credibilidade da solução política encontrada. Eu adoraria poder dizer que no próximo ano de mandato começa com a esperança de tempos melhores, infelizmente tenho os mesmos problemas, agora ampliados, mas naquilo que concerne ao mercado, em cinco minutos falo de números, até ao momento o Ministério das Finanças, não cumpre nenhuma das principais metas de execução orçamental de 2016, a receita e despesa estão aquém do esperado e os gastos com pessoal sobem acima do previsto, fruto da reposição dos salários aos funcionários públicos e da admissão de novos funcionários. Até aqui nada de novo.

O valor do défice está mais baixo que em 2015, surpreendente, nem por isso o Executivo cortou a torto e a direito, mas a despesa que aumentou, mais ficou abaixo do estimado, foi um ano marcado pelo atraso de pagamentos, aquisições de bens e serviços, queda abrupta do investimento público, menos 12,6 %, mas já nada disso me surpreende.

A solução encontrada visou maximizar a popularidade, sem por em causa as relações com Bruxelas. Convenhamos que as metamorfoses da Comissão Europeia serviu completamente os interesses da “geringonça”, a “coisa” pode ficar ainda pior, sim, é possível, com matérias de interesse internacional, a sugerir a possibilidade de novo resgate, cá dentro também há quem alerte para esse cenário! Sinceramente os mercados são insensíveis a “truques de magia”, tirar de um lado e repor para o outro não resolve os problemas, matérias de retribuição não emocionam os credores, o que importa a quem nos empresta, é a sustentabilidade da dívida e faticamente o peso da mesma e continua a aumentar, já tendo atingido os 133 % do PIB em novembro, que está agora em 129%.

Tudo apesar dos últimos bons números para a evolução do PIB, no terceiro trimestre de 2016, que era 1,6 da variação homóloga, ninguém com “dois dedos de testa”, consegue garantir que estamos perante uma inversão da tendência, ou se foi um mero desvio e sem crescimento, que todo o esforço de ajuste será alcançado via austeridade, o que contrai ainda mais a economia e envolve Portugal numa espiral de miséria.

No meio deste emaranhado de boas notícias, os juros da dívida pública a dez anos “treparam” mais uns degraus, agora oscilam entre os 3,5 % e os 4 %.

Posto isto, um dos grandes problemas da economia portuguesa, continua a ser a fragilidade do setor bancário, neste campo fértil, em desastres políticos, o único sucesso de *António Costa* foi ainda não se ter queimado e não ter feito nada! Porque vitórias no terreno foram zero. A intervenção do Banif ainda está por explicar, a capitalização da Caixa Geral de Depósitos, primeiro avança este ano, agora não avança, a final deve contar para o défice, acresce ainda a “novela” da nova administração, que se já demitiu, no BPI, apesar dos avanços significativos, o dossier ainda não está fechado, o BCP, encontrou um novo acionista, mas continua na “caixa negra”, o Banco Mau, serve de bandeira política, mas nada se efetiva.

Claro que isto acontece, quando ninguém faz a menor ideia do que aí vem, quando houver os investidores vão reagir com mais detalhe nas suas novas políticas.

----- **O Senhor Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou falar do Museu da Oliveira e do Azeite.

Gostaria de ser informado do montante total despendido até hoje neste museu que julgo foi concebido para ser uma espécie de ex-líbris da cidade, uma cidade voltada para a oliveira e para o azeite.

Não há qualquer placa indicativa da sua localização, não tem, nem pode ter, parque de estacionamento e, o lugar onde está instalado não me parece digno para o efeito.

A única coisa que vislumbrei foi uma placa escondida a informar que foi concluído a 9 de dezembro de 2014.

Construído há já dois anos, ainda não foi inaugurado, que se passa?

Sei que tem uma administração que edita obras de elevado custo económico e como tal existe!

É branco, mas não é um elefante, talvez um simples burro! aguardo por mais informação, obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação à questão das taxas nas aldeias de Romeu, Franco, Navalho e já agora Barcel, recorde que tanto nas GOP que aqui hoje estão em discussão, como na apresentação das contas que foi feita em abril, há um mapa que está devidamente identificado, e nesse mapa estão os sistemas de gestão do nosso concelho, há longo tempo, e nesses sistemas de gestão, temos dois subsistemas, que é a gestão em alta das Aguieiras, tem a gestão em alta também no sistema de Mirandela, que o fornecimento é feito através do Azibo e tem um subsistema de Mascarenhas, tem os pequenos subsistemas e três zonas cinzentas.

Estes sistemas estão devidamente concessionados, devidamente legalizados e os sistemas de gestão estão devidamente registados na Entidade Reguladora dos Serviços de Água, Saneamento e Resíduos.

São sistemas legalizados, com sistemas de gestão legalizados, geridos pelas Juntas de Freguesia, mediante um contrato de concessão que foi aprovado em termos municipais.

Quanto à questão da cobrança, este assunto tem vindo a ser debatido com os Presidentes de Junta em causa, os quatro que neste momento estão envolvidos neste processo e a própria Câmara Municipal tem feito notificações no sentido de que a sua opinião formal, é que os sistemas devam ser geridos de uma forma integrada, não apenas por uma questão de convicção pessoal, é uma convicção que nos leva a que neste momento estejamos a estudar a gestão integrada dos sistemas municipais e achamos que a gestão integrada dos sistemas municipais, é uma gestão que permite ganhos em eficiência, ganhos em qualidade, ganhos até em quantidade de água disponível e por isso consideramos que é uma boa oportunidade para nós, municípios, unirem-se na gestão da baixa, tal e qual como acontece na água.

Nesse âmbito, temos tido a oportunidade de manifestar às Juntas de Freguesia, aquela que é a opinião da Câmara Municipal, dizendo que na nossa opinião, a gestão integrada da água seria mais útil para as populações e seria mais eficaz para o conjunto global da gestão da baixa, no nosso concelho.

Há cerca de um ano atrás, fizemos uma notificação, garantindo a desresponsabilização da Câmara em relação a essa gestão, para que fique claro qual é o nosso papel, isso significa que, não obstante aceitarmos esta situação, não concordamos com ela, mas há uma coisa que respeitamos, que é a autonomia das Juntas de Freguesia.

Em relação à cobrança das taxas, é um assunto que já levou a vários debates, formas e conceitos de como faremos, se fossemos olhar para uma fórmula específica daquilo que é a taxa e a sua cobrança, vamos verificar que o retorno da taxa não dá minimamente para pagar o serviço e aquilo que foi dito a estes Senhores Presidentes de Junta e aquilo que lhes foi apresentado, porque um sistema múltiplo de cobrança iria causar alguns problemas, estou a falar exclusivamente da cobrança de resíduos e saneamento nessas Freguesias, aquilo que foi assumido com esses Presidentes de Junta foi que a Câmara Municipal pelo facto de não acontecer essas circunstâncias, não iria fazer determinado tipo de investimentos, que são feitos em outras Freguesias. E se fizermos o deve/haver garanto-vos que essas Freguesias, na minha opinião, são muito mais prejudicadas. A Câmara Municipal não investe nada nessas redes.

A nossa opinião é que todos os sistemas deveriam ser integrados e geridos de forma unânime, mas não é o que acontece, mas de qualquer forma estas quatro Freguesias que gerem exclusivamente a água têm vindo a negociar com a Câmara Municipal a situação da cobrança das taxas e têm vindo a ser penalizadas nos investimentos, ao contrário do que acontece com as Juntas de Freguesia que estão sob a responsabilidade da Câmara Municipal.

Em relação ao que foi dito pelo Senhor *David Garrido*, apenas posso concordar e agradecer a sugestão, irei dar as instruções necessárias para que seja feita a alteração das placas de identificação do estacionamento tarifado.

Em relação ao Museu da Oliveira e do Azeite, o valor da obra ronda um milhão de euros, não há nenhuma administração do Museu da Oliveira e do Azeite, os recursos humanos que estão neste momento a fazer o trabalho são recursos humanos da Câmara Municipal, há uma pessoa neste momento que coordena o trabalho que está a ser feito de musealização, *Susana Pereira* Técnica dos serviços da Câmara Municipal e é ela que está a liderar este trabalho.

O Museu do ponto de vista de obra está concluído, mas há uma coisa no Museu, que provavelmente é a parte mais importante, que é a musealização e é isso que está a ocorrer neste momento, a musealização passa por um elemento muito importante e que neste momento está a ser instalado, que é o lagar, que está a ser instalado por uma empresa de Mirandela, para que quando o Museu abrir as portas seja efetivamente um Museu do conhecimento da oliveira e do azeite e não seja apenas mais um Museu.

Não abriremos aquele Museu sem ele ter a qualidade que Mirandela merece em termos de museu da oliveira e do azeite, um museu tem de ser muito mais que um museu, um museu tem de ser um registo e a sede do conhecimento e esse conhecimento tem de estar compilado, junto, preparado e tem de estar preparado para que quem o visita tenha uma interpretação.

Temos outro equipamento exatamente na mesma situação, que é a Ecoteca, a obra está concluída, mas também só será colocada ao serviço das pessoas quando estiver devidamente concluída.

----- **O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente da Câmara em termos políticos quero dar-lhe os meus sinceros parabéns, por falar do abastecimento de água do Franco, Navalho e Romeu, mas quem tem de dizer se funciona bem ou não são as populações, essa é que irão responder a todos os políticos, se estão ou não estão contentes com a Junta de Freguesia.

O Franco, se quis ter água canalizada há muitos anos atrás, as pessoas da aldeia tiveram de se juntar, ir ao sítio onde havia água e transportá-la através das condutas para a Freguesia e só dessa forma é que o Franco teve água canalizada.

A partir daí a água era abastecida de forma livre, nunca houve restringimento em relação ao consumo de água. Os tempos foram evoluindo e o consumo da água aumentou e houve necessidade, também por decisão da população, de se instalarem contadores, esta instalação foi suportada pela Junta de Freguesia e passaram a ter um sistema controlado de abastecimento de água.

Isso hoje ainda se mantém, as pessoas no Franco pagam água mensalmente, em relação às taxas de resíduos e saneamento, o Senhor Presidente da Câmara Municipal já falou, andamos a negociar a forma como deverá ser feito, nunca a população do Franco se recusou a pagar qualquer taxa.

Por iniciativa minha e da população do Franco, nunca a água do Franco será entregue à Câmara Municipal.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Talvez o Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa não tenha percebido a minha questão, eu não coloquei em causa a legitimidade dessas Freguesias em gerirem o abastecimento de água, eu claramente manifesto a minha preocupação da sua gestão integrada com a futura gestão que eventualmente vamos ter de aderir, quer em alta, quer em baixa. A única questão que eu coloquei ao Senhor Presidente, foi sobre se os seus municípios pagam, naquela folha que vem da água, que diz lá “taxa de resíduos e taxa de saneamento”, se pagam isso à Câmara Municipal de Mirandela? Ou se pagam, neste caso, à União de Freguesias de Franco e Vila Boa e às outras três Juntas? Só quis saber isso.

Ordem do Dia

4 – Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- **A Senhora Deputada Municipal Fernanda Ferreira (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à vasta Informação do Senhor Presidente, com a leitura, continuamos a concluir que este é um município ativo e sempre em movimento, o que me parece bem.

Dentro das atividades escolhi 4 que me chamaram a atenção, e das quais me sinto mais a vontade para apreciar e colocar algumas questões.

Gostaria de referir a menção honrosa na 3ª edição do prémio viver em igualdade, promovida pela comissão para a cidadania e igualdade de género, fiquei apenas com a dúvida se esse prémio se refere ao trabalho desenvolvido em 2013 e do qual me lembro da sua apresentação e discussão ou se como diz a Informação, se refere ao V plano nacional da igualdade de género, cidadania e não discriminação de 2014-2017, já que esse plano estará a decorrer.

Da leitura atenta, que fiz da resolução do conselho de ministros e do plano fiquei contente por saber que este é um instrumento de execução de políticas públicas que visam a promoção da igualdade de género e o combate à discriminação em função do sexo e da orientação social.

Parece-me bem!

E assim tentei saber um pouco mais, percebi que sobre o trabalho apresentado em setembro de 2013, referente ao diagnóstico podemos encontrá-lo online, e também podemos saber quem são os conselheiros.

As perguntas que me surgem são:

- Como é que qualquer cidadão pode ter acesso ao plano municipal da igualdade?

- De que modo está a ser implementado e aplicado?

- O que se pretende com a deliberação de instituir o dia 24 de outubro como dia municipal da igualdade?

De qualquer forma, fico feliz pelo prémio que me parece que antevê que nesta assembleia, no próximo mandato, pelo menos, 18 presidentes de Junta sejam do sexo feminino.

A segunda atividade que me chamou a atenção tem como título “ CPCJ de Mirandela promove Café encontro”

A ideia do café encontro parece-me original e bastante válida na estratégia da elaboração de planos de ação, e fico ainda mais satisfeita quando percebo que foi elaborado e apresentado um plano local de promoção dos direitos e deveres das crianças e dos jovens de Mirandela, no âmbito de um projeto com um nome muito sugestivo e que me leva a antever verdadeiros resultados “tecer a prevenção”. É na prevenção que poderemos acreditar obter melhores resultados.

Todos constatamos, diariamente, com as dificuldades sentidas pelas famílias, famílias cada vez mais desestruturadas e cada vez mais do tipo monoparental.

Somos muitas vezes levados a esquecer o outro lado da sociedade que muitas vezes acaba em crianças institucionalizadas, locais, que em alguns casos, em pouco ajudam as crianças e em nada ajudam as mães.

As mães vêm-se muitas vezes impedidas de proteger as suas crianças e até de lhes dar um teto e uma refeição quente, Ou porque passam demasiado tempo no trabalho, ou por não terem sequer trabalho.

Vivemos numa situação económica em que se torna urgente a aplicação dos planos e a verificação dos resultados desses mesmos planos, quando as carências são tantas.

Essa é uma realidade que existe em Mirandela? De que forma estão essas situações contempladas no plano local?

Em terceiro lugar, destaco o - Teatro em Mirandela

Mais um esforço na aposta cultural desta câmara.

A promoção de sessões de teatro destinadas ao público estudantil peças que representam temas de leitura recomendada ou obrigatória nas escolas. Parece-me uma boa iniciativa.

Ficamos a aguardar peças de teatro com temas da atualidade e em que o público-alvo possa ser um pouco mais alargado.

No entanto congratulo-me pelo esforço, mesmo que em final de mandato, na melhoria da dinamização de atividades de âmbito cultural.

E por último, um motivo de orgulho e de apreço pelo modo como se dinamizam as pessoas em prol de aquilo que acreditam ser uma melhoria para a sua localidade,

Refiro-me às propostas vencedoras do orçamento participativo, e em particular a aquisição de equipamentos de proteção individual para os Bombeiros Voluntários de Torre de Dona Chama, assim como a criação de um ginásio ao ar livre e requalificação do parque infantil da mesma vila, o que prova que se for sentida a importância e a necessidade das propostas a mobilização torna-se mais fácil.

Parabéns a vila de Torre de Dona Chama, na pessoa do Senhor Presidente dos Bombeiros e da Junta de Freguesia.

----- **A Senhora Deputada Municipal Odete Ferreira (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

- Mercado Municipal com melhoramentos.

Chamo, neste registo, à colação a necessidade de intervencionarem o mercado no seu interior, quer o acesso para cargas e descargas, quer na pintura das paredes que se encontram extremamente sujas.

- Parque Natural Regional do Vale do Tua inaugura Rede de Percursos Pedestres em Abreiro.

Uma achega neste ponto: parece-nos relevante que se desenvolvam vídeos promocionais.

Também nos parece pertinente que o site da autarquia insira o link da Agência do Desenvolvimento do Vale do Tua (ADRV), assim como nos parece de extrema relevância que o Sr. Presidente nos informe, de um modo geral, dos projetos que estão em desenvolvimento ou na calha que tragam mais-valia para o concelho, em termos económicos, por um lado e em termos de mobilidade, das pessoas, por outro.

Em suma: que ganhos advêm no após enchimento da albufeira?

- Elevação das passadeiras, na Av. 25 de Abril.

Sobre a elevação das passadeiras não tenho nada a dizer, a não ser que é mais do que urgente fazer tudo o que for possível para diminuir ou cessar com as mortes que infelizmente já aconteceram nas passadeiras daquela avenida.

- Há lugares de estacionamento pago até junto da passadeira que agora foi elevada, junto do Piaget, pelo lado do acesso ao Hospital Terra Quente, via Av. 25 de Abril, o que é contrário à lei.

- Necessidade urgente de uma passadeira no acesso direto ao IPB, pelo lado da 25 de Abril: esta entrada/acesso tem vindo a ser muito utilizado por alunos, mesmo pelos da Secundária.

-Aproveito, também, neste ponto, para lembrar a necessidade de uma passadeira na zona da Urbimira, visto que a última está traçada junto do Lar N. Sr.ª da Paz. Os automobilistas esquecem-se que aquela é uma zona habitacional e não respeitam os limites de velocidade para as localidades; os peões são obrigados a atravessar a estrada nacional, em total falta de segurança.

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Beato (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Informação do Senhor Presidente, numa análise crítica e objetiva, é um exercício, para mim gratificante, as atividades desenvolvidas pelos vários departamentos e serviços do Município referentes a estes últimos meses, estão relacionadas com um tempo certo, o que é importante para a nossa comunidade, um caminho que continua com textos antecedentes e prepara outros subseqüentes, como é natural, e fá-lo de forma criteriosa, o que denota sentido de responsabilidade e oportunidade.

Mirandela, sem deixar de viver o seu quotidiano vive uma época historicamente importante, no seu dia-a-dia, neste tempo, chegou a abertura do ano escolar, os Dias, como o Dia Mundial da Pobreza, os Direitos da Criança, da Igualdade de Género, chegou o Orçamento Participativo, historicamente a preocupação com edifícios escolares, com o Plano Estratégico de Desenvolvimento urbano, o Parque Natural Regional do Vale do Tua, entre outros e os melhoramentos na cidade, que são fundamentais para este contexto.

Está explícito ao longo do documento, a participação ativa do Executivo Municipal quer nas fases de planeamento, quer nas fases de concretização, o que é muito importante, é clara a vontade de implementar processos participativos, isto para mim é um dos aspetos mais interessantes da vida atual e que se refletem, que estão implícitos e subjacentes a este tipo de contextos, um suporte sério para a vida atual.

É muito densa a atividade neste período de tempo, nestes três meses, o que me leva a considerar alguns aspetos significativos para a vida do nosso concelho, que realço e que são extremamente importantes e oportunos, realço a cidadania, a educação, a saúde, o

desporto, as Feiras locais nas Freguesias, a religião, a história, a cultura, o turismo, o emprego, obras e melhoramentos, este é o contexto que marca, na minha opinião, estes três meses de trabalho do Município.

No contexto da cidadania são tratados vários aspetos, as atividades comemorativas são o exemplo e o seu sentido educativo um complemento muito sério, o Dia Mundial do Animal, por exemplo, que se comemorou em 04 de outubro, aparentemente é uma data sem grande interesse, mas é o Dia de São Francisco de Assis e o Dia de São Francisco de Assis é o patrono dos ecologistas, isto significa uma ligação com a natureza, quer dizer, quando estamos a falar da criação de animais, estamos também a falar da natureza, há um aspeto comum, a responsabilidade de ser dono de um animal é também um conceito de cidadania, importante.

Acabar com a exclusão e implementar a participação, é um aspeto absolutamente inerente a este conceito, a este trabalho de 17 de outubro, que se relaciona com a erradicação da pobreza. A necessidade de consciencializar as pessoas, outro aspeto muito importante, que surgiu em 16 de outubro, com o Dia Mundial da Alimentação, sensibilizar para o consumo de alimentos saudáveis, que deve aumentar com o tempo, é um bom exemplo também, que é complementado e trabalhado nas nossas Feiras, que são desenvolvidas pelas Freguesias.

Os Direitos da Criança foi um aspeto trabalhado em 20 de novembro, que aborda, responsabiliza, que lembra a importância de crescer em ambiente saudável e ao mesmo tempo, envolver a comunidade na sinalização, na prevenção e na proteção dos nossos jovens. Estamos aqui a criar um contexto muito interessante, muito oportuno, muito sério, de respeito pelas várias camadas etárias e isto é para mim, gratificante de ler.

O Centro de Convívio de Vale de Lobo, por exemplo, é um núcleo de desenvolvimento comunitário social e cultural, que está a fomentar a participação e o desenvolvimento de atividades culturais, de turismo, de lazer e de desporto, bem como a salvaguarda do património cultural e natural, este património cultural e natural é uma transversalidade muito oportuna, muito interessante e fundamental para o nosso concelho e para a identidade do nosso concelho.

Quando fomos para a igualdade de géneros, é um outro elemento de análise das pessoas e da sua relação, viver e conviver sem preconceitos, é um conceito absolutamente a interiorizar pelos nossos jovens e pela nossa população em geral.

Continuando neste contexto de cidadania, que eu acho bem pensado, a campanha Eu Respeito, aqui temos um trabalho que nos leva para um objetivo social, que preza vários aspetos, quer a economia, quer o ambiente, quer o nosso bem-estar.

O Orçamento Participativo, que envolve o maior número de pessoas possível, o maior número de mirandenses, é também um conceito de cidadania e de respeito, que nos leva para o campo da responsabilidade, porque todos estes elementos se complementam e se jogam, o bem de uns vai fazer com que nós tenhamos a melhoria dos outros, claro que a participação responsável implica uma relação com uma série de outros conceitos e com uma série de outros momentos que fazem parte do trabalho destes três meses,

No campo da saúde, a medicina interventiva, por exemplo, tratamentos convencionais relacionados com terapias complementares, são uma procura interessante também, a medicina geral familiar, o contacto, cada vez mais a importância das pessoas terem na sua vida um contacto aberto com os problemas de saúde é também muito importante, aquisição Onda Rosa, uma aquisição que foi extensiva à Escola Secundária de Mirandela, a aquisição de conhecimentos sobre conceitos e compreender a importância da relação que tudo isto tem, com a prevenção e um determinado estilo de vida, assim como a necessidade de estarem sensibilizados para o diagnóstico precoce.

Outro aspeto muito importante é incentivar o consumo de fruta nas escolas, o que leva ao combate dos maus hábitos alimentares, isto é, defender a saúde das crianças, os Cuidados Continuados é extensivo também para pessoas que estão em situações de dependência.

Temos depois no campo do desporto, uma formação, com baixos custos do Município, vai aumentar o desporto feminino, a luta contra o doping, a prevenção de lesões, acesso inclusivo ao desporto, a gestão de instalações desportivas, uma Escola de Natação com uma riqueza pedagógica, muito mais conseguida através da certificação da Federação Portuguesa de Natação, o que mostra qualidade de trabalho, o teatro, o teatro é um espaço onde se trabalha um conjunto de pessoas, em que há gestos, música, sentimentos, entre outros, mas fundamentalmente uma relação muito interessante com a nossa inteligência e com a nossa lógica, que é um tempo de desenvolvimento muito interessante.

As Olimpíadas de Matemática, que têm o objetivo de melhorar a qualidade do ensino, de descobrir talentos, mas também fomentar o estudo da matemática e depois temos a Esproarte, com todas as suas características que nós sabemos, gostava de aproveitar este tempo para falar também das Feiras, a Feira do Figo, a Feira da Azeitona, do Artesanato, de Produtos Regionais, do Pão, da Azeitona, estou a falar de Abreiro, Vale de Gouvinhas, Torre de Dona Chama e Suções, a promoção dos produtos do concelho é visível na importância do convite da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e Alto Douro, estas Feiras que valorizam os nossos produtos, que desenvolvem a procura turística, que são agentes dinamizadores da região, que aproveitam e potenciam a nossa riqueza, porque a nossa autenticidade, muito importante a autenticidade dos produtos locais, que se misturam com as tradições e a história, em contexto de sustentabilidade que lhe é dado pela diferença da oferta, que só cada uma das nossas regiões tem.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Está no site da Câmara Municipal de Mirandela o Plano Municipal de Igualdades, na secção viver/ação social, é possível consultá-lo, basta descarrega-lo, o Plano Municipal de Igualdades foi o que deu origem a este prémio, é um Plano que estamos a implementar, tem um conjunto de medidas que estão a ser implementadas e é a avaliação dessas medidas que dá origem a estes planos, os planos são apresentados ao CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e eles fazem a avaliação das medidas que são propostas e as medidas que vão sendo colocadas em prática e foi com essa base que nós fomos agraciados com uma menção honrosa.

Deixo aqui uma mensagem de orgulho e de satisfação pelos serviços municipais que têm liderado este processo, nomeadamente, os Serviços de Ação Social, que têm efetivamente abraçado este assunto, não apenas como mais uma atividade, mas como algo importante do ponto de vista estratégico.

Em relação ao “Café Encontro”, foi um dos processos do Plano que foi realizado para a Prevenção, a CPCJ além de fazer este “Café Encontro” fez um diagnóstico, fez um autodiagnóstico, fez um conjunto de ações, que dentro dessa reflexão se traduziram na implementação do Plano, que é basicamente um compromisso de toda a Comissão Alargada, em irem para lá daquilo que já fazem, o trabalho da CPCJ é um trabalho que felizmente às vezes não é muito visível e isso é bom sinal, porque quando ele é muito visível, quando estão envolvidos os meios de comunicação social, é sinal que alguma coisa correu mal no sistema de prevenção, por isso, quando o sistema de prevenção está a funcionar e a CPCJ é pouco visível do ponto de vista mediático significa que as coisas estão a correr bem.

Felizmente na CPCJ de Mirandela as coisas estão a correr bem, a CPCJ de Mirandela decidiu ir mais longe, decidiu não se reportar apenas ao trabalho do tratamento dos diversos processos, das diversas situações críticas que normalmente aparecem no dia-a-dia, mas decidiu envolver-se num projeto diferente, que é o Tecer a Prevenção, que aponta para áreas diferentes e neste caso o Plano que foi apresentado aponta essencialmente para cinco ou seis eixos que são importantes e que são naturalmente de intervenção direta, eixos de intervenção na família, eixos de intervenção na escola, eixos de intervenção na comunidade global, isto é trabalho em rede, em que há um conjunto de áreas de intervenção nas quais a CPCJ se vai envolver e vai levar a que outros parceiros, Agrupamento de Escolas ou outras entidades, se envolvem também elas na implementação deste Plano, por isso eu vejo este Plano essencialmente como um compromisso da CPCJ, dos seus Comissários da Comissão Restrita e da Comissão Alargada, de se envolverem em conjunto com os parceiros, neste processo.

Em relação ao teatro, estamos com uma programação que não é exclusivamente dedicada às escolas, tivemos aqui o “Urso” de Anton Tchekov, vamos ter uma peça do Pedro Eiras “Um Punhado de Terra”, estamos a tentar associar o teatro não só ao conceito do teatro em si, mas também ao teatro como forma de celebração de alguns temas, neste caso o teatro que vai decorrer no dia 03 de dezembro, está associado à celebração da abolição da escravatura, que se celebra no dia 02 de dezembro, tentamos sempre dar-lhe um conceito que não seja apenas o conceito em si do teatro.

No Natal iremos pensar mais no público mais jovem, de qualquer forma, neste momento vamos iniciar os Cine Teatros, de quinze em quinze dias, vamos ter oficinas de teatro, para ver se criamos o motor da Companhia Local, podendo acontecer que nasça aqui a raiz de uma Companhia Local e que essa Companhia depois possa participar em conjunto com outras.

Em termos de programa, neste momento tentamos que seja diversificado, que aponte para vários tipos de público e digo com muita satisfação que as duas sessões que realizamos tiveram assistências muito interessantes, o que significa que Mirandela gosta e está preparada para isso.

Em relação ao Mercado, estas intervenções são intervenções pontuais de resolução de problemas locais que havia lá e neste momento está a ser elaborado um procedimento que levará a uma alteração do Mercado em termos globais, temos ali problemas de estrutura, temos problemas de organização, temos problemas quanto ao parque de estacionamento e tudo isto será envolvido numa intervenção global que está a ser elaborada.

Estas intervenções que estamos a fazer, são intervenções que respondem a algumas necessidades pontuais e uma delas muito importante, era o acesso para pessoas com mobilidade condicionada, que apenas existia em alguns locais.

Em relação à elevação das passadeiras, há duas empreitadas a decorrer, há uma empreitada de elevação de passadeiras e outra de pintura de passadeiras que está a decorrer.

No que diz respeito ao Parque Regional do Vale do Tua, existe no site do próprio Parque alguns filmes que foram feitos, existe até um filme muito bonito que foi recentemente realizado e está disponível no site, o qual foi reformulado recentemente e teve uma alteração significativa.

O Plano que está associado à Agencia de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, tem um conjunto de linhas em que algumas delas são coincidentes e outras são independentes, por exemplo, a criação do Parque Natural Vale do Tua, este Parque foi devidamente licenciado e tem um programa de intervenção num conjunto de áreas, recentemente foram inaugurados os percursos pedestres em Abreiro e Vieiro, vão ser inaugurados brevemente os percursos pedestres em Murça, Carrizada de Ansiães e Alijó, isto é uma componente, depois há a componente propriamente dita, da criação das portas de receção nesse Parque, as portas terão componentes físicas, mas também terão componentes de outras características, sinalética do território, intervenção no território, depois há uma intervenção mais técnica, ao nível da preservação dos bens do Parque Natural, onde existem reservas de várias características, reservas biológicas, reservas ao nível da fauna e até da cinegética, intervenções a esse nível que vão levar a uma intervenção global no território para que o torne atrativo na perspetiva da fruição do espaço em si como um elemento turístico de dinamização do território, este é um elemento importante.

Depois temos ainda outros projetos associados, como por exemplo, na área do empreendedorismo, projetos ligados ao território e o Plano de Mobilidade.

O Plano de Mobilidade tem duas componentes, a da mobilidade quotidiana, que se reporta ao transporte das pessoas no corredor da linha do Tua e da mobilidade turística, que aponta no sentido de proporcionar uma oferta turística local com uma estrutura associada a outros elementos distintivos que vão ser colocados ao longo da linha, a mobilidade quotidiana é garantir que as populações entre Mirandela e Tua, tenham serviço de transporte público assegurado.

Como sabem neste momento quem procede aos transportes entre Mirandela e Tua é o Metropolitano Ligeiro de Mirandela, por prestação de serviços à CP e que garante que há um serviço ferroviário entre Mirandela e Cachão e há um serviço rodoviário do Cachão ao Tua, ou vice-versa. A mobilidade turística esta a ser preparada e espera-se que esteja a funcionar no primeiro trimestre de 2017. No que diz respeito à mobilidade quotidiana, está-se neste momento num ponto que tem a ver com um conjunto de intervenções legais, para fazer a alteração da responsabilidade do canal ferroviário ou rodoviário, primeiro ponto, desafetação da linha, que já decorreu, ponto dois, concessão da linha à Agencia Regional do Vale do Tua e depois esta Agencia irá concessionar a alguém que já está identificado, que vai fazer a gestão do canal ferroviário e depois essa gestão é a gestão física da linha, estamos a falar ao nível da Refer, depois temos a operação, que é a circulação e nesse sentido tem de haver um processo de licenciamento do operador que vai fazer essa atividade neste corredor e que vai estar devidamente legalizado e licenciado para o efeito. Neste momento é o que se está a desenvolver.

No âmbito desta concessão da linha à Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, todas as estações que estão no trajeto serão incluídas na concessão, exceto a estação de Mirandela, porque a estação de Mirandela para todos os efeitos ainda é propriedade da CP e não da Refer e é minha esperança que no âmbito deste processo finalmente se resolva o assunto da estação de Mirandela.

Na mobilidade quotidiana, há um compromisso assumido de que existirão três viagens diárias, que irão fazer o circuito ferroviário entre Mirandela e a Brunheda e depois entre a Brunheda e o Tua será feita a mobilidade em transporte rodoviário. A Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua vai também receber 3 % da faturação da barragem para financiar estas atividades e outras que estão a decorrer.

----- **A Senhora Deputada Municipal *Fernanda Ferreira* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente às questões que coloquei, relativo ao Plano Municipal de Igualdades, sei que a CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género é uma ONG – Organização não-governamental criada a partir do Conselho deu o Plano e peço desculpa, a final existe o diagnóstico e Plano, só que naquelas 188 páginas, parece-me que, eu li o diagnóstico e não o conclui, se calhar o Plano seria, segundo eu, uma coisa mais sucinta e mais clara para nós podermos ver, é uma sugestão. Existe o diagnóstico, mas é diagnóstico e Plano.

Relativamente à questão da CPCJ, eu não coloquei o Plano em questão, a questão que eu coloquei foi: Se existem de mães em que têm dificuldades, em que as dificuldades são tantas que as crianças têm de ser institucionalizadas? Ou se existe no Plano uma outra alternativa para esses casos? Foram estas as minhas questões.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Julgo que estamos aqui a misturar coisas que são muito distintas, se há coisas em que não me envolvo é no trabalho da CPCJ, há uma Comissão Restrita, há uma Comissão Alargada, e há as decisões que a CPCJ toma dentro dessas intervenções, o Plano não é nada disso, nem o poderia fazer.

As intervenções de institucionalização, ou outras que tenham a ver diretamente com a vida das crianças que são acompanhadas pela CPCJ, eu não me comprometo com rigorosamente nada, a CPCJ tem procedimentos próprios, o Plano é um plano de intervenção pública, fora daquilo que é o contexto exclusivo e interno da CPCJ, é preciso entender as diferenças,

4.2 – Decisão de Contratar: Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – Reabilitação do Parque Escolar de Mirandela - Escola Básica n.º 5.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 14 de novembro de 2016, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, aprovar:

- 1 – A abertura do Concurso Público que visa a realização da empreitada designada por “Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – Reabilitação do Parque Escolar de Mirandela - Escola Básica n.º 5”;**
- 2 - As peças procedimentais;**
- 3 – O preço base no valor de 1.372.000,00€ (um milhão trezentos e setenta e dois\ mil euros), acrescido de IVA à taxa em vigor;**
- 4 – O prazo de execução de 360 (trezentos e sessenta) dias;**
- 5 – A constituição do júri referida na Informação Técnica;**
- 6 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Deputado Municipal *Dinis Veiga* (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uma referência especial aos alunos do IPB, congratulo-me com a vossa visita porque realmente precisamos de jovens que comecem a aprender e a integrarem-se na política, porque é com jovens que nós renovamos os vários Órgãos Autárquicos, é com novas ideias e é com a vossa dinâmica que muitas vezes se modificam as coisas, muito obrigado por estarem presentes.

Em relação ao tema é só para dizer o seguinte, em 30 de setembro, nós aprovamos aqui a Escola Básica Luciano Cordeiro e a Escola Básica n.º 3, já apresentamos os nossos argumentos, já apresentamos que concordamos e é só para dizer que em relação à Escola Básica n.º 5, o Grupo Parlamentar do PSD apresenta os mesmos argumentos e irá votar favoravelmente esta Proposta.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isto é o continuar do processo, ainda está a faltar vir aqui a Escola Secundária, provavelmente não virá à Assembleia Municipal, porque estes processos como são plurianuais têm de ser sancionados e a escola Secundária de Mirandela já estará no Plano.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, aprovar:

- 1 – A abertura do Concurso Público que visa a realização da empreitada designada por “Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – Reabilitação do Parque Escolar de Mirandela - Escola Básica n.º 5”;
- 2 - As peças procedimentais;
- 3 – O preço base no valor de 1.372.000,00€ (um milhão trezentos e setenta e dois mil euros), acrescido de IVA à taxa em vigor;
- 4 – O prazo de execução de 360 (trezentos e sessenta) dias;
- 5 – A constituição do júri referida na Informação Técnica

4.3 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (T.M.D.P.) – 2017.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 14 de novembro de 2016, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos propostos:

- 1 – Aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2017, de 0,25%;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uma vez que sobre este assunto houve uma indicação do Deputado *David Garrido*, o assunto foi retirado para análise na última Assembleia Municipal e aqui estamos a repor a devida legalidade deste Ponto.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos propostos, aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2017, de 0,25%;

4.4 - Minuta do Contrato da Escritura de Compra e Venda referente à Aquisição do Edifício do Instituto Piaget em Mirandela.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 23 de novembro de 2016, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, com seis votos a favor, nomeadamente: António Almor Branco (PSD), Rui Magalhães (PSD), José Manuel Morais (PS), Carlos Freitas (CDS/PP), Deolinda Ricardo (PSD) e Manuel Rodrigues (PSD), conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Minuta do Contrato da Escritura de Compra e Venda referente à Aquisição do Edifício do Instituto Piaget em Mirandela, cujo objeto da compra e venda se restringe ao edifício construído, uma vez que a nua propriedade já era - e é - do Município, sendo também reconhecido pelas partes a reversão do direito de superfície.
- 2 – Submeter a presente deliberação à aprovação da Assembleia Municipal;
- 3 – Submeter a Minuta do Contrato da Escritura de Compra e Venda referente à Aquisição do Edifício do Instituto Piaget em Mirandela a Visto Prévio do Tribunal de Contas.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Há uma inscrição do Deputado *Nuno de Sousa*,

----- O Senhor Deputado Municipal *Nuno de Sousa* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parece-me a mim que neste ponto é uma votação simples, a votação nominal já aconteceu na anterior Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Esta votação, segundo a informação que tenho, também tem de ser nominal.

----- O Senhor Deputado Municipal *Nuno de Sousa* (CDS/PP) disse:

Tudo bem.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Senhor Presidente, a palavra é sua.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É uma explicação muito simples e que está totalmente transposta na Proposta. O Tribunal de Contas em relação ao Contrato utilizou a seguinte expressão: “*pondera a alteração*” e quando se trata de uma recomendação do Tribunal de Contas, eu não pondero, obedeço. É apenas este o motivo de vir aqui a alteração da Minuta.

----- Efetuada a votação nominal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor, nomeadamente: *José Pavão (PSD), Dinis Veiga (PSD), Nuno de Sousa (CDS/PP), Maria Eduarda Neiva (PSD), António Figueiredo (PSD), Faustino Cunha (CDS/PP), Humberto Cordeiro (PSD), Otília Lima (PSD), Manuela Gândara (Independente do (CDS/PP), Carlos Monteiro (PSD), Luísa Deimões (PSD), Pedro Beato (PSD), Jorge Lopes (CDS/PP), Fernando Costa (PSD), José António Ferreira (PS), Domingos Carneiro (PSD), Ana Costa (CDS/PP), Marisa Alves (PSD), Emanuel Batista (PSD), Sílvio Santos (CDS/PP), José Madureira (CDS/PP), José Fernandes (PSD), José Ferreira (PSD), Nuno Patatas (PSD), Fernando Carrazedo (PSD), Carlos Cunha (PSD), António Jacob (PSD), António Martins (CDS/PP), Amílcar Silva (PSD), Artur Reis (PSD), Armando Carvalho (PSD), Lina Gomes (PSD), José Almeida (PSD), Mário Augusto (PSD), António Roque (PSD), Carlos Pires (PSD), Cristina Passas (PSD), Manuel Fraga (PSD), Rui Sá (PSD), Carlos Cadavez (CDS/PP), Carlos Alves (PSD), Bernardino Pereira (PSD), Arménio Vaz (PSD), Paulo Pontes (PSD) e 4 abstenções, nomeadamente: *Alzira Ramos (PS), Manuel Nestal (PS), David Garrido (CDU), Odete Ferreira (PS):**

- 1 – Aprovar a Minuta do Contrato da Escritura de Compra e Venda referente à Aquisição do Edifício do Instituto Piaget em Mirandela, cujo objeto da compra e venda se restringe ao edifício construído, uma vez que a nua propriedade já era - e é - do Município, sendo também reconhecido pelas partes a reversão do direito de superfície.
- 2 – Submeter a Minuta do Contrato da Escritura de Compra e Venda referente à Aquisição do Edifício do Instituto Piaget em Mirandela a Visto Prévio do Tribunal de Contas.”

4.5 – Orçamento Municipal para o ano económico de 2017.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23 novembro de 2016 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade nos termos propostos:

- 1 - Aprovar o Orçamento Municipal para o ano económico de 2017;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* apresentou uma nota explicativa, com apresentação de gráficos, sobre o Orçamento Municipal para o ano económico de 2017.

----- A Senhora Deputada Municipal *Alzira Ramos (PS)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero agradecer a maneira como foi apresentado o Orçamento, Senhor Presidente da Câmara, está de parabéns, assim como a sua equipa e quem o ajudou neste trabalho exaustivo e com qualidade, quer na apresentação formal, quer na locução do mesmo.

“Para o orçamento de 2017, foi adotada uma matriz, na apresentação dos mapas da despesa/receita, bastante próximos da real execução do Município, ou a caminhar para este nível, como documenta a parte do Orçamento Participativo.

Existe a possibilidade real de investimento, na estratégia do Município. Todavia continua com os níveis elevados de impostos para fazer face ao equilíbrio financeiro do mesmo.

O PS não vai optar por uma intervenção onde a análise das rubricas por especialidade será efetuada, mas sim por um alerta da consciência política de todos os presentes.

Não vou comentar que o valor proposto para o Orçamento Participativo é manifestamente baixo, que o Orçamento face aos anos anteriores, sobretudo no que concerne ao Plano de Investimento do Município, é elevado, que o valor proposto para as transferências para as Juntas de Freguesia minimalista, que alguns investimentos feitos no passado se tornaram verdadeiros descalabros financeiros, no presente, o nível de endividamento das empresas participadas, como a AIN, a reestruturação do Município.

Tudo isto depende da sensibilidade de cada partido político ao criar na opinião pública do Concelho uma nova forma de governação.

Todavia torna-se evidente e necessário um carácter forte, para poder e saber lidar, com as várias opções, justificando-as.

A consciência política, por vezes é deturpada e até traiçoeira, dada a panóplia de interpretações subjetivas que possam ser tomadas. Há que estar preparado no momento da interpretação para a justificação das tomadas de posição.

Importa saber qual o papel a que nos propomos fazer, qual as posições que ocupamos e sabermos sobretudo justificar, argumentando, numa base credível, a nossa visão sobre o Município. Torna-se por isso necessário um projeto sólido, consciente, no qual seja visível o caminho pretendido para o Município.

Não sendo o Orçamento do PS e porque não quero, porque este será provavelmente o último Orçamento em que eu estarei, dizer-vos que não estamos sempre contra e neste sentido e para estar em consonância com o que sempre aqui defendemos, a Bancada do Partido Socialista vai-se abster na votação deste Orçamento.”

----- O Senhor Deputado Municipal *Faustino Cunha (CDS/PP)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero agradecer a apresentação que o Senhor Presidente da Câmara efetuou sobre o Orçamento,

“Quando da apresentação do Orçamento para 2016, o Executivo, rasgando as vestes, prometia não voltar aos orçamentos artificialmente empolados.

De facto, sentiu-se uma tendência para a aproximação da realidade à ficção, notada desde 2013, ano de eleições.

Embora o quadro de evolução da receita exposto a págs. 4 do Orçamento esteja apresentado com referência aos objetivos e não aos valores efetivos, como por mais de uma vez solicitei, o ano de 2016 marca um ponto importante na experiência de orçamentos desta autarquia.

Desconhecendo o quadro de realização do Orçamento de 2016, embora estejamos a um mês do seu termo, a 1.ª constatação que se me oferece, é que os valores propostos para 2017, são sensivelmente próximos dos de 2015, ano considerado do tempo do pecado!

Eu sei que estamos a caminho do Orçamento de base zero e, como tal, é pouco relevante a experiência anterior, mas a história indica-nos valores dificilmente ultrapassáveis.

Ora vejamos:

- Ao nível da receita, o objetivo das Transferências Correntes para 2017 é de 13,45 M€, enquanto o realizado em 2015 foi de apenas 9,7 M€;

- As Transferências de Capital apresentam um objetivo para 2017 de 7,1 M€, enquanto a realização de 2015 foi de apenas 4,5 M€;

- Ao nível da despesa, a Aquisição de Bens e Serviços tem um objetivo para 2017 de 10,8 M€ e o realizado em 2015 foi de apenas 6,6 M€;

- Para uma aquisição de bens de capital de 9,9 M€, a realização em 2015 foi de apenas 5,8 M€.

Sei que a aquisição de bens de capital, investimentos tem um aumento de previsão face a 2016 de 120 %, que outras construções e infraestruturas apresentam um aumento de 200 % e que na dotação para as escolas o aumento é de 300 %. Mas, será aqui o empolamento eleitoral?

Nas Transferências para as freguesias não é.

Se não vejamos: - Mantêm-se as transferências correntes (100 mil euros) e é de 50 % a redução de transferências de capital de descem de 300 para 200 mil euros.

Consideração final:

- Tomando em conta os elementos fornecidos para análise, não é clara a possibilidade de inversão das Receitas Correntes para 24 M€ e de Capital para 7,4 M€, pelo que uma previsibilidade de Despesa de 31,3 M€ me parece impossível, sentindo poder estar-se a voltar ao empolamento orçamental.

Oxalá me engane e oxalá este Orçamento seja realizado conforme é apresentado.”

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para mim não é um facto novo e tecnicamente eu sei como este Presidente da Câmara funciona, para a apresentação de um Orçamento, já foi aqui também referenciado na penúltima Assembleia Municipal aquando da apresentação da Prestação de Contas de 2015.

“Todas as Câmaras estão a apresentar as suas propostas de orçamento para o próximo ano. Verifica-se um reforço no investimento e a aposta em vários projetos.

Alguns Municípios continuam limitados pelas dívidas acumuladas, são exemplo disso: Alfândega da Fé e Freixo de Espada à Cinta.

Os orçamentos são muito díspares existem intervalos de 8 milhões e os 36 milhões de euros. Mirandela conta com 31.328.138 milhões de euros para o ano de 2017, mais 6 milhões do que em 2016.

Destacamos aqui o investimento do Parque Escolar, incluindo a Escola Secundária, o PEDU que prevê a reabilitação/requalificação urbana, de acessos e ciclovias, Santuário da Nossa Sr.ª do Amparo, a reabilitação do Bairro Operário e a nova expansão da Zona Industrial.

Por tudo isto este Orçamento para o ano de 2017 é um Orçamento responsável e transparente que esta Câmara pela mão pragmática do seu Presidente, quer levar a efeito para o ano de 2017, por o crescimento económico é visível o que esta Câmara têm feito maravilhas em, relação ao défice excessivo. Existe sinceridade e honestidade nos números apresentados só não vê quem não quer.

Esta Câmara foi capaz de calibrar a magnitude do fenómeno social e de que maneira foi uma cruzada, o impossível torna-se plausível, este Orçamento como um antídoto para as incertezas do nosso tempo, em que esta Câmara se soube posicionar, isto não é retórica populista, porque esta Câmara nunca prometeu soluções fáceis e imediatas para problemas tão complexos, existe aqui uma sabedoria profunda e humana. Politicamente e tecnicamente este Orçamento está no ponto de equilíbrio tanto para o social, como atrás já referi como para as grandes obras. Talvez possa dizer e possa argumentar com um antigo provérbio chinês, “inteligência não é subir muito alto, nem descer muito baixo, é estar no caminho certo.” Este Orçamento está no caminho certo, é uma sinfonia completa.”

----- **O Senhor Deputado Municipal David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uma pergunta ao Senhor Presidente sobre o Metro de Superfície.

Naquilo que nos foi entregue, está previsto que no fim do primeiro semestre cesse a atividade do Metro, se entretanto a mobilidade for para a frente., se não for o que é que se vai passar? Acaba mesmo? Já agora gostava que me informassem, porque foi-me dito por alguém, que aquilo que vai acontecer no transporte dos utentes é que vai ser atrelado ao comboio turístico uma carruagem para as populações.

“Há eleições autárquicas em 2017 e se atirar areia para os olhos dos mirandenses pagasse taxa a autarquia teria os seus problemas financeiros resolvidos.

Senão vejamos:

“O Orçamento para 2017 cresce em mais de 6 milhões de euros quando comparado com 2016, ou seja quase 20 %. E aquilo que aparenta ser um aspeto positivo na medida em que há mais recursos disponíveis mais não é que o agravamento das condições de vida dos mirandenses.

No plano da receita verifica-se que o aumento assenta:

- Cobranças de impostos diretos em mais de 11 %;
- Aumento de 25 % na cobrança do saneamento;
- Aumento de 11 % na cobrança da recolha e tratamento dos resíduos sólidos;
- Aumento de 23 % na cobrança da água.

E aqui já estão contabilizados cerca de 1.2 milhões de euros, ou seja 20 % pagos integralmente pelos munícipes, pois o restante advém praticamente das transferências do Estado, nomeadamente fundos comunitários.

No plano de despesa verifica-se que:

- Aumentam os encargos com o tratamento em alta da água em mais de 700 mil euros, ou seja 63 %, e aumenta-se também o investimento nos sistemas de drenagem de água para melhor o entregar à Resíduos do Nordeste;
- Aumentam as transferências para Instituições sem fins lucrativos em 74 % ao mesmo tempo que se corta nas refeições confeccionadas para metade, ou seja quase 100 % e se mantém uma miséria de transferências para as Juntas de Freguesia;
- Diminui o quadro de pessoal da autarquia, pelo menos a julgar pela diminuição dos encargos, embora que de forma ligeira, ao mesmo tempo que reforça o investimento no melhoramento de arruamentos e jardins e aquisição de ferramentas (que trabalhadores as usarão?);
- Diminui também os encargos com o Transporte Escolar, a Vigilância e Segurança.

Contudo a fatia de leão cai sobre as obras e aquisição do Piaget:

- Reparação e beneficiação de habitação, mais 920 %;
- Viadutos, arruamentos e obras complementares, mais 464 %;
- Viação rural, mais 117 %.

Este Orçamento não promove o desenvolvimento económico, não investe nas potencialidades dos recursos produtivos que Mirandela dispõe, degradam socialmente o concelho e impõe aos mirandenses a fatura das opções políticas dos sucessivos Executivos.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno de Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aqui no Orçamento vem incluído um Despacho para a contração de um empréstimo de 1 milhão de euros, nós estamos num Plano de Saneamento Financeiro, que obriga a Assembleia Municipal a fazer a votação do empréstimo, se há votação através das Declarações de Voto estamos a incorrer por ventura a uma ilegalidade. Porque o empréstimo que vem incluído no Orçamento tem de ser votado de forma separada, salvo melhor opinião.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao longo dos anos há uma autorização genérica para a contração de empréstimos a curto prazo, a única diferença é que neste momento é-nos exigido que para ficar com essa cláusula que pode vir a ser acionada ou não, nós não estamos a pedir nenhum empréstimo, porque se assim fosse tinha de vir à Assembleia Municipal, mas aquilo que nos é exigido é que já tenhamos propostas no Orçamento, essa é a diferença, nós não estamos a votar a contração do empréstimo, o que consta é uma autorização genérica, porque se não estiver prevista, não podemos fazê-lo caso seja necessário.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno de Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que está aqui é um Despacho para consulta, consulta que já foi efetuada, Bancos já apresentaram propostas certamente e portanto já deve ter havido decisões, isto não entrava aqui assim sem mais nem menos, para quê aqui esta consulta? Para que é que isto está aqui se é meramente uma consulta? A autorização genérica é para outros valores, tudo que tenha a ver com a contração de empréstimos e diz aqui: “compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a contração de empréstimos” e está aqui incluído no Orçamento.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando é feita uma operação de tesouraria ela tem de ser registada com entrada e saída de capital, aqui não há entrada e saída de capital, há uma autorização genérica que a ser aplicada, terá de vir a aprovação da Assembleia Municipal. A única diferença é que já fica plasmada no Orçamento, porque se assim não fosse esse valor teria de estar previsto na receita e não está.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno de Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aquilo que vai ficar determinado nesta intervenção é que numa próxima Assembleia se precisarem do dito empréstimo, virá cá a Proposta para a contração do empréstimo.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Silvio Santos* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Ao votarmos este ponto em concreto, devemos ter a plena consciência da importância do documento que nos é apresentado, dedicando ao mesmo a atenção e tempo que lhe é devido, pois deste depende em muito o que irá ser o futuro próximo e mais longínquo do Concelho de Mirandela e evitar ceder à tentação de o menosprezar, quer julgando que o mesmo se encontra aprovado pelo facto do executivo da Câmara Municipal de Mirandela estar apoiado numa maioria nesta Assembleia, quer por simples indolência, pois é nossa obrigação honrar a vontade dos que depositaram a sua confiança em cada um dos eleitos.

Devemos atentar para este documento esquecendo questões partidárias e sobretudo analisar se o mesmo vai de encontro ao desenvolvimento sustentável do Município de Mirandela.

Como é sabido, este Município encontra-se sob um Plano de Saneamento Financeiro, deve atempadamente fazer face ao serviço da dívida junta da banca, deve cumprir rigidamente os prazos para com os seus fornecedores, fazer a melhor gestão dos diversos condicionalismos a que está sujeito no que respeita a taxas e impostos, entre outros deveres da boa gestão, contudo foi formalizado sob a forma de contrato no passado dia 31 de maio, um “Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano-PEDU” no valor de 14.500 M€, onde se encontram já englobados alguns investimentos que têm sido aprovados, na sua maioria por unanimidade, nesta Assembleia, com nítido reflexo neste Orçamento, pelo que devemos olhar para o mesmo com rigor mas acreditar numa perspetiva positiva.

Os investimentos nas escolas, proporcionando melhores condições a alunos, professores e auxiliares deste Concelho, os investimentos que podem incrementar o turismo e comércio local, essenciais para o desenvolvimento económico-social, os investimentos em vias de acessibilidade, entre outros, são fatores que podem e devem impulsionar o crescimento salutar e estancar o decréscimo demográfico que todos os estudos conhecidos teimam em continuar a prever.

Assim sendo, coerentemente e analisando de forma séria e responsável esta Proposta de Orçamento para o ano 2017, que repito reflete claramente estes investimentos que aqui se têm vindo a ratificar, a decisão de voto só poderá ser favorável.”

----- **O Senhor Deputado Municipal *Dinis Veiga* (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Não vou fazer uma intervenção de análise ao nível das rubricas em particular, pois o documento deve ser analisado no seu todo e quais os objetivos pretendidos com a concretização dessas rubricas.

Ao analisar o documento não posso esquecer, que é necessário ter em conta os compromissos assumidos no Plano de Saneamento Financeiro, que foi aprovado por esta A. Municipal em 2013, colocando algumas dificuldades quer aos investimentos, quer às iniciativas de contenção e redução de despesa.

No ano 2017 há eleições autárquicas e podia haver a tentação de empolar um orçamento que depois seria difícil de concretizar. No entanto verificamos que não, e que o Sr. Presidente e a sua equipe de vereadores continuam fieis à linha que traçaram no início do seu mandato.

O grupo parlamentar do PSD fica satisfeito por apoiar um executivo que se mantém na mesma linha que traçou, assumindo os compromissos com o seu eleitorado que o elegeu e apresenta-nos um orçamento para 2017, como nos anos anteriores, em que a receita efetivamente cobrada se aproxima das despesas.

Em 2017 a proposta de orçamento apresenta-nos uma receita de 31 milhões e 328 mil €, mais 6 milhões e 152 mil € do que em 2016. Poderão pensar alguns que está empolado em relação ao anterior. Desenganem-se os que pensam assim, porque este aumento é justificado pelos investimentos em equipamentos de educação, cuja concretização está prevista para o ano de 2017. Este aumento demonstra a capacidade desta câmara em concorrer aos projetos comunitários, que já estão aprovados, sendo assim uma realidade a sua concretização, não são promessas mas sim realidades.

Por outro lado verificamos que se transfere da receita 4 milhões 655 mil € para as despesas de capital. De uma forma mais simples, reduz-se nas despesas correntes e aumenta-se no investimento. É isto que se deve fazer e que poderia servir de exemplo para o governo da Nação. Se não há investimento, não há desenvolvimento, não há progresso, não há possibilidades de melhorar a vida das pessoas.

A este investimento podemos ainda acrescentar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, já aprovado e que representa um ciclo de investimento de mais de 14 milhões e 500 mil €

Fugindo um pouco dos números, o grupo parlamentar do PSD destaca no orçamento para 2017 o seguinte:

- Um conjunto significativo de projetos e candidaturas já aprovadas e que apontam para um ciclo de elevados investimentos, com objetivos perfeitamente definidos;
- A conclusão da reabilitação de todo o parque escolar, para todos os graus de ensino em Mirandela, porque para este executivo PSD estão em primeiro lugar as crianças e jovens deste concelho, pois serão eles também os futuros autarcas e motores do desenvolvimento do nosso concelho;
- A reabilitação urbana e a criação de corredores cicláveis;
- A reabilitação de espaços emblemáticos como o santuário de N.ª Sr.ª do Amparo, que não é só da cidade, mas sim de todo o concelho. É um lugar que faz regressar a Mirandela crentes ou não crentes, muitos mirandelenses espalhados pelo país e pelo estrangeiro, sempre desejosos daqueles dias para matarem saudades das famílias, dos amigos, da terra que os viu nascer. É um lugar de reunião de todos os mirandelenses independente da sua fé ou da sua cor partidária;
- O aumento da zona industrial com a compra de novos terrenos para colmatar os pedidos de empresas que se querem instalar em Mirandela e assim aumentar a oferta de trabalho;

- A compra do edifício do Instituto Piaget. Como se recordam outros vendiam património, este executivo adquire património, cada um tire as suas conclusões;
- Valorizar e reforço dos recursos humanos, renovação e reforço de equipamento e recursos técnicos;
- Reabilitar a rede de acessos viários municipais e concluir o investimento de reabilitação rural, apesar de não haver financiamento comunitário para este tipo de investimento;
- Continuar o apoio social a estratos de população desfavorecida;
- Incentivo ao investimento e ao emprego;
- Continuar o suporte financeiro do movimento desportivo, cívico e social, que sem ele acabariam.

Concluindo, é uma proposta de orçamento caracterizada pela contenção, pelos motivos já apresentados e com objetividade em que garante a concretização de investimentos essenciais para o desenvolvimento económico e social equilibrado do concelho de Mirandela.

Senhor Presidente e senhores vereadores do PSD continuem com a mesma vontade de ir mais longe e cada vez fazendo melhor, e pode contar com o seu Grupo Parlamentar que cada vez estamos mais unidos e de acordo com as políticas implementadas.

É o futuro de Mirandela, o seu progresso e desenvolvimento que nos norteia. Os eleitores sabem isso e por isso em nós confiaram o seu voto.

O Grupo Parlamentar do PSD está de acordo com este Orçamento Municipal para o ano económico de 2017 e como tal vai votar favoravelmente.”

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós baseamos a nossa atividade num conceito de planeamento que não iniciou há dois dias, esse conceito está traduzido nos objetivos estratégicos, esses mesmos objetivos estratégicos estão subdivididos em eixos específicos e esses eixos têm até intervenções genéricas, que depois são transportadas para atividades.

Se verificarem vão encontrar o Mirandela Sustentável, vão encontrar o Mirandela Cooperante, o Mirandela Mais Valor, o Mirandela Inovador, o Mirandela Mais ativa e Mais Inclusiva e o Mirandela Criativa, todos juntos naquilo que é um documento que congregamos com a nossa estratégia e nessa estratégia apontamos quatro eixos, o desenvolvimento urbano e rural, a articulação territorial de competências municipais, a competitividade económica local e a promoção da inclusão e coesão social, são os quatro eixos que estrategicamente identificamos e que transportamos também para aquilo que são os elementos de planeamento que temos vindo a utilizar.

Naturalmente, nos últimos tempos tivemos de adaptar o conceito de planeamento às oportunidades do Quadro Comunitário, não podemos ter um conceito de planeamento que nos leva para aquilo que não é financiado, então apontamos este conceito de planeamento para as oportunidades de financiamento.

No Plano Diretor Municipal em 2015 e em 2013 a expansão da Zona Industrial já estava prevista. No PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Mirandela nós começamos a trabalhar no tempo de regeneração urbana, no tempo em que foi feito o primeiro projeto TuaMirandela, em que fizemos o primeiro Plano de Mobilidade Sustentável, que são documentos que agora se congregam neste documento.

Do ponto de vista estratégico, tudo aquilo que tem a ver com o desenvolvimento urbano e rural, nós temos um grande conceito de reabilitação associado ao PAMUS- Plano de Mobilidade Sustentável, são 6 milhões de euros e quando falamos desse eixo estamos a falar em tudo o que é reabilitação, do ponto de vista urbano Mirandela fica fechado, com uma excelente rede de ciclovias e fechado do ponto de vista de reabilitação, mas ao mesmo tempo é necessário verificar que neste eixo também temos envolvido tudo aquilo que é o desenvolvimento rural.

Neste momento realizamos um processo profundo de cadastro, uma candidatura já aprovada, estamos a terminar e a fechar as redes de saneamento, com candidaturas já aprovadas, isto é, há um equilíbrio entre aquilo que consideramos que é o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento rural, onde se inclui o PEDU, como elemento estratégico integral porque teve um pacote de investimento de 14,5 milhões de euros, que estão contratualizados, são fundos que estão contratualizados.

Tudo isto passa também pela reabilitação urbana e aqui é importante dizer que a reabilitação urbana está nitidamente associada a reabilitação privada, mas isso vem noutra eixo e não neste.

O outro eixo é a articulação territorial de competências Municipais, a articulação é feita a dois níveis, é feita ao nível externo, isto é, as outras entidades a que nós pertencemos ou com que nós lidamos e essa articulação tem de ser feita para criarmos projetos conjuntos, eu recorro que neste Orçamento temos o projeto Provere – Estratégias de Eficiência Coletiva, isto é, onde se juntam vários Fundos Comunitários e onde se juntam vários organismos, onde por exemplo a Câmara Municipal de Mirandela tem estrategicamente colocada uma grande intervenção, que passa pela reabilitação da via que vai de Mirandela até Bragança, da via ferroviária, numa perspetiva de ecopista e não numa perspetiva de abandono, mas não só, outros elementos territoriais que aparecem aqui no âmbito do Pacto, que é aquilo que nós consideramos a articulação supramunicipal a vários níveis.

A articulação municipal está transportada em todos os valores das transferências, para apoiar, por exemplo, a execução de um equipamento por alguém que em Mirandela não tinha capacidade para o fazer, será que a Associação de Socorros Mútuos reabilitava a sua sede, se porventura não fosse a Câmara Municipal a suportar as despesas? Se assim não fosse não tinha acontecido, isto é a articulação municipal.

A Câmara Municipal aprovou genericamente duas coisas: dois mil euros para cada Junta ou União de Freguesia e quarenta mil euros em materiais por Junta ou União de Freguesias e este apoio tem vindo a ocorrer em todas as Juntas que o solicitam.

Na articulação territorial, quando falamos da competitividade económica local temos de falar do físico, da obra ou do terreno e aqui é claro, a expansão da Zona Industrial é um elemento do ponto de vista estratégico que nós neste momento temos do ponto de vista local, mas temos também o Emprego Já, o que está a apoiar hoje a contratação a três anos de pessoas de Mirandela e a Câmara Municipal subsidia. Temos também o Regulamento de Apoio ao Comércio e a Câmara Municipal já ultrapassou os vinte comércioos

em apoios e avaliações, isto é, nós incentivamos a criação de vinte novos negócios através de apoios monetários. Temos também o Regulamento de Apoio à Indústria e às Atividades Económicas que no ano de 2015, concedeu benefícios fiscais de mais de cento e cinquenta mil euros, isto é apostar na competitividade económica local, mas pelo equilíbrio e pela coesão que temos de ter em termos territoriais, isto não acontece apenas na cidade.

O último eixo é o eixo da promoção e inclusão social, uma das obras que está prevista no PAICD – Plano de Ação para a Integração das Comunidades Desfavorecidas, que é uma componente do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, é a reabilitação integral do Bairro Operário, do Bairro do Gat, do Bairro Francisco Balsemão, todas estas intervenções estão previstas no PAICD, a única diferença é que o Bairro Francisco Balsemão vai ser realizado pelo IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP, estes são projetos que já estão aprovados e neste momento até temos alguma pressa, pois como sabem o Governo vai dar um benefício de 10 % a quem executar mais depressa as obras.

Isto é aquilo que nós vemos de uma forma física, mas temos também a outra parte que é necessário falar dela, nós temos um Plano de Emergência Social ativo, anual e permanente, que apoia 800 famílias de Mirandela, que se junta ao Regulamento de Apoios Económicos correntes. Tudo o resto que vem associado aquilo que é o apoio, isenção de passe, entre outros, significa que há uma intervenção social programada em termos físicos e há uma intervenção programada em termos sociais, ativa e permanente.

Nesta questão, onde não vou incluir a questão do desporto no concelho de Mirandela, porque não há paralelo na região e isso deve-se ao esforço diário e permanente de apoio às coletividades, mas falo das Escolas; A intervenção que vai ser feita é de seis milhões de euros, mas a intervenção que acabamos em 2015 foi de cinco milhões de euros. No prazo de dois ou três anos, Mirandela vai ter onze milhões de euros de investimento em equipamentos públicos e escolas, é um investimento histórico, já temos neste momento três intervenções aprovadas e a da Escola Secundária só ainda não está aprovada porque não é uma competência da Câmara Municipal, foi um “presente” que nos deram há alguns meses atrás e se a Câmara Municipal não efetuasse esta obra, nem daqui a dois ou três anos tínhamos obras na Escola Secundária.

Esta é a maior revolução que algum dia foi feita na área do ensino: em 2015, havia cinco milhões de euros numa candidatura chamada EsACT, em 2017, há seis milhões de quatro escolas, em 2016 não existe valor nenhum, porque não houve Quadro Comunitário.

Temos seis milhões de euros de obra a decorrer só nas escolas, com mais tudo o resto que vai decorrer, necessita de uma tesouraria para podermos dar resposta, porque a Câmara Municipal tem de pagar primeiro, para depois conseguir o dinheiro das candidaturas e é esta a questão do empréstimo a curto prazo, isto é, nós recorremos ao empréstimo se necessário, a tesouraria fica garantida e quando o dinheiro é transferido o empréstimo é reportado, aquilo que estamos a fazer é garantir estruturalmente que no próximo ano e nos outros, não haja problemas com a tesouraria, tendo em conta o volume de obras.

O que eu gostaria de referir, é que aquilo que estamos a fazer de forma estruturada, não vem apenas daquilo que nós achamos, há um projeto, há uma estratégia, há um conjunto de oportunidades às quais nos temos candidatado de acordo com o novo Quadro Comunitário, mas sabemos o que estamos a fazer.

Eu acho que é necessário fazer uma leitura deste Orçamento de uma forma ligeiramente diferente, enquanto em Orçamentos anteriores nós muitas vezes orçamentávamos obras que estávamos a pensar executar. Neste Orçamento mostrei todos os projetos que estão candidatados, ou em fase de candidatura ou já aprovados, conforme e execução que consta no mesmo. É isto que nós estamos a fazer, é juntar de forma global as áreas estratégicas, preparar as candidaturas e os projetos para os podermos apresentar de forma atempada e garantir a estabilidade, nunca esquecendo um elemento fundamental, que é o apoio à sociedade mirandense e esse tem estado garantido e tem vindo a ser garantido, nunca foi colocado em causa, nem mesmo nos tempos mais difíceis para a Câmara Municipal de Mirandela, aquando do Plano de Saneamento Financeiro, nunca o apoio da sociedade mirandense foi esquecido.

Este Orçamento pode ser chamado de eleitoralista, mas o eleitoralista apenas está associado ao facto de os Fundos Comunitários só agora estarem disponíveis. Aquilo que garanto é que a execução que temos vindo a ter no passado, irá ser garantida também neste Orçamento, exatamente com o mesmo rigor que aconteceu até agora.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor (35 dos Membros do PSD, 10 dos Membros do CDS/PP, 3 abstenções dos Membros do PS e 1 voto contra do Membro da CDU), aprovar Orçamento Municipal para o ano económico de 2017”

4.7 – Aprovação da 4.ª Revisão Orçamental.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23 de novembro de 2016 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 – Aprovar a 4.ª Revisão Orçamental de 2016;

2 – Submeter o referido documento à votação da Assembleia Municipal.”

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 1 voto contra da CDU e 46 votos a favor, aprovar a 4.ª Revisão Orçamental de 2016.

Outros Assuntos de Interesse para o Município



5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- Por falha técnica do som, da qual esta Assembleia é alheia, não se pode dar por reproduzidas as intervenções dos Senhores Deputados.

6- 2.º Período de Intervenção do Público.

----- Não houve qualquer intervenção do público.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

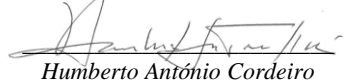
----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 17 horas e 30 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal;



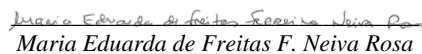
José Manuel Lemos Pavão

O Primeiro Secretário;



Humberto António Cordeiro

A Segunda Secretária;



Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa